

ESPECIALIZAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS GEOPOLÍTICA E DEFESA

Disciplina 7 – Aula 1

AMÉRICA LATINA NA PERIFERIA DA GEOPOLÍTICA MUNDIAL

Prof. Dr. Leornardo Granato

INTRODUÇÃO

O objetivo de compreender e caracterizar a inserção da América Latina na geopolítica mundial será abordado na presente disciplinas a partir de três aspectos interdependentes, que se retroalimentam e complementam. O primeiro deles, com foco no plano externo, diz respeito à tradicional inserção externa subordinada do subcontinente, com destaque para as relações com a potência hemisférica. Já o segundo deles, com ênfase no plano interno, remete às formas históricas do Estado latino-americano, nas diferentes etapas do desenvolvimento capitalista na região. Por fim, o terceiro dos aspectos se refere aos recursos naturais estratégicos que torna a região um alvo geopolítico não apenas dos Estados Unidos, mas, também, de outras potências extrarregionais.

INTRODUÇÃO

Neste Material de Apoio em particular, visamos a apresentar as relações de subordinação que historicamente, no contexto internacional, perpassaram a América Latina. América Latina é aqui entendida não apenas como recorte geográfico, mas também como categoria problemática. Apesar da diversidade das experiências históricas dos vários países abrangidos na referida categoria, é possível nela identificar um terreno histórico comum que diz respeito à situação de subalternidade no sistema internacional de poder, e, principalmente, com relação à potência hegemônica, que, no caso latino-americano, tem a particularidade de se tratar, também, da potência hemisférica. Tal situação de subalternidade tem implicações nas formas e funções assumidas pelos Estados latinos em cada conjuntura, assim como se relaciona diretamente com os recursos estratégicos que a região possui. Ambos os temas serão tratados nos sucessivos Materiais de Apoio.

O LEGADO COLONIAL E A HEGEMONIA INGLESA

Devido a que os países latino-americanos são produto da expansão da "civilização ocidental" (isto é, de um tipo moderno de colonialismo organizado e sistemático que teve início com a conquista e colonização ibero-lusitana)¹, não podemos iniciar o nosso percurso sem comentar o período colonial, que corresponde à primeira das formas de dominação externa a que a América Latina se viu submetida. Estamos fazendo referência ao que Fernandes (1973) chamou de primeira fase da dominação externa, pautada de acordo com os requisitos econômicos, culturais e políticos do antigo sistema colonial. Afinal, como retratado em estudos como os de Kaplan (1974), espoliadas de início dos seus recursos naturais mais acessíveis e, posteriormente, sujeitas à exploração agrária e mineira, com destino à metrópole, as colônias da América hispano-portuguesa foram orientadas segundo um modelo produtivo primário-exportador que, ao lado de um aparelho administrativo centralizado e um tipo de organização e cultura europeias, tiveram implicações durante todo o século XIX, com repercussões até os dias atuais.

Segundo Kaplan (1974), a América Latina entrou na história universal sob o signo da relação de dependência, no sentido de que sua dinâmica global foi configurada, inicialmente, pelos interesses dos grupos dominantes da Espanha e de Portugal e, simultânea e crescentemente, pelos interesses das forças capitalistas euro-ocidentais, assim como dos grupos dominantes locais a elas associados.

Os primeiros grandes impérios europeus de além-mar foram construídos por Espanha e Portugal.

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS | GEOPOLÍTICA E DEFESA

O LEGADO COLONIAL E A HEGEMONIA INGLESA

Ainda no século XVIII, o modelo produtivo dominante na região estava diretamente ligado ao capitalismo mercantil-financeiro, no sentido de que sua implantação respondia à expansão capitalista mundial, caracterizada pela revolução comercial e pelo predomínio da produção em grande escala para venda e lucros. Como diz Kaplan (1974, p. 54), a dominação e a espoliação estiveram motivadas "pelas necessidades de produção, comércio, acumulação e investimento dos países capitalistas avançados e do novo sistema internacional em marcha".

Já desde meados do século XIX, quando o capitalismo mundial passou da sua fase mercantil-financeira à fase industrial, as economias metropolitanas encontravam-se em decadência financeira e militar e o mercado internacionalizou-se definitivamente. Desse modo, as nossas colônias foram reconhecendo na Inglaterra, em plena expansão interna e mundial, a nação mais dinâmica do sistema interestatal capitalista. Cabe esclarecer que a revolução industrial que caracterizou esta nova fase concorrencial do capitalismo mundial começou na Grã-Bretanha e irradiou-se para países como França, Alemanha, Estados Unidos e Japão, tornando-se o mercado internacional mais competitivo, sob a hegemonia inglesa.

Assim, sob as influências externas britânicas à procura de um livre câmbio sem condições (que colidia com o monopólio imperial americano em benefício de grupos espanhóis e portugue-

O LEGADO COLONIAL E A HEGEMONIA INGLESA

ses), os processos de ruptura do pacto colonial, de desintegração continental e de independência política formal foram se processando, para dar origem, por volta da década de 1820, aos novos Estados nacionais independentes, mas cuja marca de origem continuou a ser, sob novas roupagens, a da dependência econômico-financeira externa. Eis, aqui, segundo Fernandes (1973), o segundo tipo de dominação externa a que América Latina se viu submetida, que surgiu como produto da desagregação do antigo sistema colonial.

A soberania formal conquistada pelos países do continente encobriu, em definitivo, sua subordinação, em graus e formas variáveis, às modalidades e aos ritmos de crescimento econômico das novas potências industriais², com destaque para a Inglaterra. Expressão da referida subordinação tem sido o fato também da sua desintegração, pois os novos países estruturaram-se com um sentido divergente, orientados separadamente para os centros mundiais de poder. Por exemplo, no Prata, a Inglaterra (que, como dito, via os novos países como válvula de escape para seu nível de produção) buscou sempre gerar tensões e dividir a região para evitar uma integração regional que pudesse pôr em xeque sua hegemonia regional³.

O processo de incorporação fez-se através de um comércio exterior reduzido ao intercâmbio de matérias-primas por manufaturas e de investimentos concentrados em determinadas atividades e países de origem, o que por sua vez ajudou a disseminar valores, ideias, instituições e aspirações de consumo que influenciaram a organização econômica, social, política e cultural dos países latino-americanos, reforçando ainda mais a estrutura e dinâmica da dependência.

Cabe lembrar aqui a tentativa precursora de Simón Bolívar de criar um poder unificado autônomo da América Latina, tentativa essa materializada na convocatória do Congresso de Panamá de 1826 e fortemente desestimulada pela Inglaterra.

A partir das primeiras décadas do século XX foi se consolidando a ascensão dos Estados Unidos à hegemonia mundial, o que incidiu profundamente na América Latina ao suplantar a influência inglesa sobre a região, tanto comercial como politicamente. Entretanto, cabe ressaltar que, como lembra Ceceña (2006), já desde meados do século XIX, em que os Estados Unidos despontaram como potência regional capaz de disputar o território das Américas com os europeus, a influência política e comercial do país do Norte sempre se fez presente na região, seja pela aplicação da chamada Doutrina Monroe⁴, seja através da obtenção de recursos e mão de obra, tendo sido as riquezas naturais da América Latina essenciais para a consolidação do crescimento econômico estadunidense⁵.

Já nas primeiras décadas do século XX, o tradicional modo de acumulação para fora da América Latina foi afetado pelas grandes oscilações no mercado de matérias-primas, provocadas

- A Doutrina Monroe foi estabelecida pelo presidente dos Estados Unidos James Monroe, em 1823, durante um discurso proferido no Congresso norte-americano que definiu as políticas a serem adotadas pelos Estados Unidos em relação às nações europeias e países latino-americanos. Era uma forma de coibir qualquer interferência da Europa na América, tendo em vista que as antigas colônias estavam atravessando o processo de independência. Além disso, os Estados Unidos se colocavam, a partir dessa doutrina, como liderança regional.
- Segundo a autora: "Se o ferro e o aço traçaram o esqueleto das comunicações por terra, a borracha possibilitou o uso de veículos mais leves, dotados de pneus. O crescente ritmo de trabalho agradeceu ao café e ao açúcar por manterem operários atentos e ágeis, enquanto a luz emergia dos fios de cobre. O estanho iniciava a conservação de alimentos e a sofisticação das máquinas, e os grandes volumes de produção faziam uso das fibras duras como o sisal para embalagem, antes do surgimento de fibras produzidas quimicamente, capazes de recriar, e até de multiplicar, algumas qualidades das naturais".

pela procura, por parte dos países envolvidos, de "soluções internas" em meio aos conflitos bélicos mundiais. Assim, em países como Argentina, Brasil, Chile e México, buscou-se que o setor industrial, que até a Primeira Guerra Mundial tinha sido expressão do auge da economia exportadora, se convertesse, progressivamente, até meados da década de 1950, em substituto das importações do exterior. Buscou-se alavancar, assim, novas formas de desenvolvimento econômico. Nas palavras de Ceceña (2006, s./p.):

O continente se encontrava em um momento de definição. A guerra havia estimulado o desenvolvimento econômico pelo menos nas atividades relacionadas com a satisfação de mercados internos e de substituição de manufaturas para indústrias básicas que trabalhavam a plena capacidade. A ilusão de um desenvolvimento autônomo, ou pelo menos com uma margem de manobra e possibilidades maiores que as conhecidas antes do conflito mundial, acendia paixões nacionalistas. Seguindo a teoria de Rostow, muitos afirmavam que o desenvolvimento era uma questão de etapas sequenciais, em que os países da América Latina estavam mais atrasados por terem chegado ao capitalismo um pouco mais tarde que a Europa e os Estados Unidos. A versão latino-americana dessa teoria, formulada pela Comissão Eco-

nômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), estimava que o caminho do desenvolvimento consistia em avançar ocupando os nichos que os Estados Unidos – e o mundo desenvolvido – deixavam para trás. Seria possível passar, em ritmo acelerado e saltando etapas, da produção de bens básicos para a de insumos intermediários e depois para a de meios de produção.

Por sua vez, em meados do século XX, os Estados Unidos estavam em pleno auge. A ampliação das suas escalas de produção e comercialização, assim como a sua participação nos projetos de reconstrução posteriores no pós-Segunda Guerra, consolidaram o país do Norte como líder do mundo capitalista. Entretanto, com a consolidação do mundo socialista, também fortalecido pela Segunda Guerra Mundial, sob o comando da União Soviética, iniciou-se uma nova ordem internacional marcada pela chamada "Guerra Fria", que não era mais do que a estratégia norte-americana visando a conter as forças socialistas no plano internacional, buscando manter o mundo capitalista integrado e submisso ao domínio estadunidense).

Nesse contexto, reforçou-se, ainda que sob novas roupagens, a tradicional influência norte-americana na região (MONIZ BANDEIRA, 2010). Em termos político-ideológico, em função da

salvaguarda de sua "segurança nacional", a batalha contra o socialismo, principalmente depois da Revolução Cubana de 1959⁶, tornou-se um dos pilares da estratégia de dominação mundial dos Estados Unidos. Nas palavras de Ceceña (2006, s./p.):

Respondendo a esse desafio tão próximo, definiu-se rapidamente uma política continental que se anunciava como uma Aliança para o Progresso. Um plano de dez anos entre os 'governos livres' do continente – entre os quais evidentemente não estava o de Cuba –, que trabalharia para 'eliminar a tirania no hemisfério'. Em 13 de março de 1961, o presidente Kennedy, em uma comunicação histórica ao Congresso de seu país e aos membros do corpo diplomático da América Latina, dizia: 'propomos completar a revolução das Américas', e oferecia apoio aos governos da área para melhorar as condições de vida da população e controlar qualquer tentativa de reproduzir a experiência cubana.

A radicalização, entre 1951 e 1954, da Revolução Guatemalteca, a Revolução Boliviana de 1952, a derrocada de Vargas no Brasil (1954) e de Perón na Argentina (1955), e a Revolução Venezuelana de 1958 retratam o estado de situação, durante a década de 1950, de um continente conturbado.

Assim, por exemplo, no caso da América do Sul em particular, palco de lutas populares e revolucionárias ao longo do período de 1960 a 1980, foi testemunha do referido "apoio" estadunidense que, se bem declinou na sua missão "assistencialista", foi bem-sucedido em patrocinar, direta ou indiretamente, um amplo ciclo repressivo de intervenções e de ditaduras militares e cívico-militares nos diferentes países da região, para conter o avanço socialista. Tal cenário resultou, sem dúvidas, contrastante com uma América do Sul caracterizada, em um plano mais amplo, como uma zona de "não-guerra", em função da baixa incidência de conflitos e disputas interestatais⁷.

Em termos econômicos, a luta norte-americana pela liderança mundial centrou-se na busca, segundo Ceceña (2006, s./p.), de "alternativas de investimento, mercados e o armazenamento confiável das matérias-primas que sua pujante indústria estava exigindo", em meio a uma estratégia mais ampla de controle da produção na América Latina perante o mercado mundial. Segundo a autora,

buscava-se a implantação somente de algumas fases do processo produtivo, atendendo às características vantajosas de cada lugar e sem restrições

Dentre as guerras ocorridas na região sul-americana no século XX podem ser mencionadas a de Letícia (1932), a do Chaco (1932-1935), a de Cenepa (1941) e a das Malvinas (1982), fora algumas situações de crises específicas (DE PIERI, 2013).

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS | GEOPOLÍTICA E DEFESA

de mercado. O importante era o barateamento dos custos para enfrentar a concorrência internacional. Os custos salariais na América Latina eram comparativamente menores, em torno de dez a um, em relação aos dos Estados Unidos, e a independência geográfica ou autonomização das esferas da produção e do consumo permitia até deprimi-los mais, sem comprometer a realização dos produtos. (CECEÑA, 2006, s./p.)

Por sua vez, a abundância de investimento público e privado estadunidense direcionado a determinados segmentos (como as indústrias automobilística, eletrônica e petroquímica, por exemplo)⁸, ampliou a dependência produtiva, tecnológica e financeira dos países latino-americanos, expressa em um crescimento exponencial do endividamento externo e nas altas remessas de lucro das empresas multinacionais. Nesse sentido, vale destacar que enquanto vários países asiáticos foram à época, a convite dos Estados Unidos, inseridos na economia mundial como produtores de manufaturas, América Latina ficou relegada à referida condição dependente.

Tal abundância decorreu da concorrência à época entre os capitais norte-americanos e os europeus que viam na América Latina a possibilidade de ampliar seus lucros. Por exemplo, a primeira montadora de automóveis no Brasil foi a Volkswagen alemã, seguida depois por empresas norte-americanas.

Em vários países da região se registraram terríveis pontos de estrangulamento em áreas como energia, comunicação e transportes, geralmente em mãos de subsidiários de empresas estrangeiras que remetiam seus lucros para o exterior sem se preocupar em investir na ampliação e melhoria dos serviços. Por fim, em termos de recursos naturais estratégicos (minareis, água, biodiversidade etc.), a América Latina também reforçou seu tradicional caráter de alvo geopolítico da potência hemisférica na medida que, se gerido e controlado adequadamente, o potencial de autossuficiência latino-americano, garantido pelos referidos recursos, contribuirá para a estratégia norte-americana na disputa pela hegemonia internacional.

Já nos anos 90, após a crise do socialismo e o colapso do bloco soviético, em um contexto de plena expansão do capitalismo neoliberal e de consolidação da hegemonia política e econômica dos Estados Unidos, a busca estadunidense pelo controle do território latino-americano desdobrou-se em iniciativas nos planos político-ideológico, econômico e militar. No primeiro plano, as reformas estruturais neoliberais, baseadas, dentre outros pressupostos, na liberalização comercial, desregulamentação financeira e monetária e privatização das empresas e serviços púbicos, fizeram parte do novo receituário do país do Norte que garantiu padrões a ele subordinados de crescimento e inserção externa dos países latinos. No segundo plano, o econômico-comercial, destacaram-se a ofensiva de acordos bilaterais de livre-comércio que,

pouco a pouco, buscaram cobrir todo o continente, enquanto avançava o projeto ALCA (Área de Livre Comércio para as Américas), de 1994, que tinha como meta alcançar a integração hemisférica a um só tempo. Assim, através da ALCA o país do Norte poderia compensar seu déficit comercial externo às custas da região latino-americana (MONIZ BANDEIRA, 2010). Já no plano militar, como a posição hegemônica alcançada pelos Estados Unidos depende de sua relação "segura" com o resto do continente, as bases militares e forças de inteligência para a América Latina mostraram-se como uma prioridade para o país do Norte.

Entretanto, nos anos 2000, os ataques de 2001, a crise financeira de 2008 e a ascensão da China e da Rússia como grandes atores do sistema internacional evidenciaram um contexto de multipolaridade diferente ao configurado no começo da década de 1990. Neste marco, a América Latina, com seus recursos estratégicos, vem sendo objeto de interesses de potências extrarregionais, com destaque para a China, em aberto desafio à presença estadunidense na região. O avanço da Nova Rota da Seda pelo continente latino-americano (que vem se traduzindo em milhões de dólares em investimentos em setores extrativosº que abastecem a demanda chinesa por alimentos, minerais e energia, necessários à produção industrial do gigante asiático), tem se mostrado objeto de preocupação do país do Norte, em função do potencial de expan-

⁹ Cfr. Rede ALC-China / Monitor da *Outbound Foreign Direct Investment* da China na América Latina e o Caribe, em: https://www.redalc-china.org/monitor/

são de tal parceria, assim como, internamente, de setores industriais locais, sobretudo dos países mais industrializados do continente, devido ao padrão histórico periférico de exportação primária¹⁰, com predomínio das empresas transnacionais, nesse marco estimulado.

O dilema da matriz primário exportadora da América Latina e sua dependência no mercado mundial tem plena vigência na atualidade ao pensarmos, inclusive, nos efeitos colaterais da guerra na Ucrânia, principalmente em setores como o alimentar e o energético. Em referência a esse último setor em particular, o custo mais elevado da importação de combustíveis tem gerado impactos em toda a cadeia produtiva dos países latinos, exacerbando ainda mais a espiral inflacionária.

REFERÊNCIAS

CECEÑA, Ana Esther. Geopolítica. In: SADER, E.; JINKINGS, I. (Org.) **Latino-Americana**: Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas da UERJ, 2006. Disponível em: http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/g/geopolitica

DE PIERI, Vítor S. G. **Seguridad y Defensa en Sudamérica**: entre la cooperación y el conflicto. Buenos Aires: Eudeba, 2013.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

GRANATO, Leonardo. **O Estado latino-americano**: teoria e história. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

KAPLAN, Marcos. **Formação do Estado Nacional na América Latina**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Brasil, Argentina e Estados Unidos**: conflito e integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

LEITURA COMPLEMENTAR*

CECEÑA, Ana Esther. Geopolítica. In: SADER, E.; JINKINGS, I. (Org.) **Latino-Americana**: Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas da UERJ, 2006. Disponível em: http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/g/geopolitica

*Todos os materiais referenciados neste Material de Apoio, se consultados, podem servir como leitura complementar optativa.

Como citar:

GRANATO, Leonardo. América Latina e a potência hemisférica. Material de Apoio da Disciplina de América Latina na periferia da geopolítica mundial da Curso de Especialização EAD em Relações Internacionais: Geopolítica e Defesa do CEGOV/UFRGS, 2022.